
**MERCADO DE TRABALHO FORMAL E DESIGUALDADE DE RENDA NO NORDESTE
BRASILEIRO (2010-2023): UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA**
*FORMAL LABOR MARKET AND INCOME INEQUALITY IN NORTHEASTERN BRAZIL (2010-2023): A
SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW*

Gláuber Tulio Fonseca Coelho

Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela UNIDERP

Alexsandro Sousa Brito

Doutor em Ciências Sociais pela UFFRJ

Revista Interlocus, volume 2, número 5, 2026

DOI: 10.5281/zenodo.22059793

Editor: Gláuber Tulio Fonseca Coelho

Artigo recebido: 18/08/2026

Artigo Aceito: 21/08/2026

Artigo Publicado: 22/08/2026

RESUMO: analisar as variações na dinâmica da desigualdade de renda no mercado de trabalho formal na região Nordeste, sobretudo, mas também considerando-se as demais regiões brasileiras, a partir de revisão de literatura que corresponde às duas últimas décadas. Metodologia: pesquisa qualitativa, operacionalizada como revisão bibliográfica sistemática, com busca realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Google Acadêmico a partir da string "Desigualdade de Renda AND Brasil AND Trabalho Formal", aplicando-se critérios de inclusão e exclusão que resultaram na seleção de 11 estudos publicados entre 2013 e 2022. Resultados: a análise dos 11 estudos selecionados mostra que a desigualdade de renda no Brasil permanece elevada, mas apresentou trajetória de redução entre o final da década de 1990 e meados dos anos 2010, revertida a partir da crise iniciada em 2015; a educação, a formalização do emprego, a valorização do salário-mínimo e os programas de transferência de renda aparecem como determinantes recorrentes dessa trajetória, ainda que com contribuição heterogênea entre setores e regiões; a região Nordeste, mesmo apresentando redução da desigualdade, manteve-se como uma das regiões mais desiguais do país. Conclusão: a hipótese de que houve diminuição da desigualdade de renda no mercado de trabalho formal nas regiões brasileiras nas duas últimas décadas encontra respaldo nos estudos revisados, sem que se possa, contudo, considerar esse processo concluído, tampouco imune a reversões diante de choques econômicos.

PALAVRAS-CHAVE: desigualdade de renda; Nordeste; mercado formal; revisão sistemática.

ABSTRACT: to analyze variations in the dynamics of income inequality in the formal labor market in the Northeast region, primarily, but also considering the other Brazilian regions, based on a literature review spanning the last two decades. Methodology: qualitative research, operationalized as a systematic bibliographic review, with searches conducted in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and in Google Scholar using the string "Desigualdade de Renda AND Brasil AND Trabalho Formal", applying inclusion and exclusion criteria that resulted in the selection of 11 studies published between 2013 and 2022. Results: the analysis of the 11 selected studies shows that income inequality in Brazil remains high, but followed a downward trajectory between the late 1990s and the mid-2010s, reversed after the crisis that began in 2015; education, labor market formalization, minimum wage appreciation and income transfer programs appear as recurring determinants of that trajectory, albeit with heterogeneous contributions across sectors and regions; the Northeast region, despite showing a reduction in inequality, remained one of the most unequal regions in the country. Conclusion: the hypothesis that income inequality in the formal labor market decreased across Brazilian regions over the last two decades finds support in the studies reviewed, although this process cannot be considered complete, nor immune to reversals in the face of economic shocks.

KEYWORDS: income inequality; Northeast; formal market; systematic review.

RESUMEN: analizar las variaciones en la dinámica de la desigualdad de renta en el mercado de trabajo formal de la región Nordeste, sobre todo, pero también considerando las demás regiones brasileñas, a partir de una revisión de literatura correspondiente a las dos últimas décadas. Metodología: investigación cualitativa, operacionalizada como revisión bibliográfica sistemática, con búsqueda realizada en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) y en Google Académico a partir de la cadena "Desigualdade de Renda AND Brasil AND Trabalho Formal", aplicándose criterios de inclusión y exclusión que resultaron en la selección de 11 estudios publicados entre 2013 y 2022. Resultados: el análisis de los 11 estudios seleccionados muestra que la desigualdad de renta en Brasil permanece elevada, pero presentó una trayectoria de reducción entre fines de la década de 1990 y mediados de los años 2010, revertida a partir de la crisis iniciada en 2015; la educación, la formalización del empleo, la valorización del salario mínimo y los programas de transferencia de renta aparecen como determinantes recurrentes de esa trayectoria, aunque con contribución heterogénea entre sectores y regiones; la región Nordeste, aun presentando reducción de la desigualdad, se mantuvo como una de las regiones más desiguales del país. Conclusión: la hipótesis de que hubo una disminución de la desigualdad de renta en el mercado de trabajo formal en las regiones brasileñas en las dos últimas décadas encuentra respaldo en los estudios revisados, sin que se pueda, sin embargo, considerar concluido ese proceso, ni inmune a reversiones frente a choques económicos.

PALABRAS CLAVE: desigualdad de renta; Nordeste; mercado formal; revisión sistemática.



1. INTRODUÇÃO

Pode-se considerar um consenso que uma maior igualdade econômica beneficia todas as pessoas em todas as sociedades, sejam elas ricas, pobres ou de classe média. Os países que optaram por ser mais igualitários desfrutaram de maior prosperidade econômica, ao mesmo tempo em que conseguiram se desenvolver de maneira ambientalmente mais sustentável. Em contraste, países que seguiram o caminho da crescente desigualdade, como o Reino Unido e os Estados Unidos, têm visto crescentes reclamações de suas populações sobre os custos ou a escassez de assistência médica, moradia e muitas outras necessidades básicas (Dorling, 2017).

Para Oliveira e Cruz (2021), um dos principais desafios do Brasil é a melhoria de sua produtividade, cujos avanços têm sido modestos. Além disso, o país convive com desigualdades interpessoais de renda, e, também, com uma forte discrepância de renda em termos regionais. Ribeiro e Neder (2006) relatam que, mesmo no século XXI, o Brasil ainda é uma das sociedades mais desiguais do planeta, sendo que no Nordeste, por exemplo, os índices de concentração de renda superam os do Sudeste.

Santos e Saiani (2020) complementam que, no Brasil, a desigualdade de renda é um importante problema socioeconômico e é uma temática recorrente em debates e políticas públicas. De acordo com os autores, na década de 2000, o debate sobre a desigualdade de renda teve viés empírico e pouco teórico, se baseando em análises de indicadores como o coeficiente de Gini. Relatam ainda que a desigualdade de renda observada no Brasil neste lapso temporal foi provocada em grande parte por políticas de transferência de renda, políticas educacionais e valorização do salário-mínimo.

Diante de todo este contexto nacional, regional e temporal, pergunta-se: "Como se dá a desigualdade de renda no mercado de trabalho formal na região Nordeste tendo em vista as demais regiões brasileiras?". Pode-se dizer, então, que o objetivo geral desta pesquisa é: analisar as variações na dinâmica da desigualdade de renda no mercado de trabalho formal na região Nordeste, sobretudo, mas também considerando-se as demais regiões brasileiras a partir da revisão de literatura que corresponde às duas últimas décadas.

Quanto aos objetivos específicos deste artigo, pode-se dizer que são: identificar, na literatura selecionada, os estudos que compararam a desigualdade de renda entre as regiões brasileiras; realizar o comparativo entre as regiões com base na questão da desigualdade de renda; e verificar se houve redução na desigualdade de renda no mercado de trabalho formal nas regiões brasileiras.

A partir disso, formula-se a seguinte hipótese: houve diminuição da desigualdade de renda no mercado de trabalho formal nas regiões brasileiras, bem como entre diferentes classes de gênero, raça e nível educacional nas duas últimas décadas. Este artigo apresenta os resultados da revisão sistemática realizada para testar essa hipótese, complementando a discussão teórico-conceitual sobre desigualdade de renda apresentada em artigo específico dedicado a esse referencial.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, a seção 2 apresenta a metodologia empregada, incluindo o protocolo de busca e os critérios de seleção dos estudos; a seção 3 apresenta os resultados da revisão sistemática, com a caracterização dos estudos selecionados e a síntese de seus principais achados; a seção 4 discute esses resultados à luz da pergunta e da hipótese de pesquisa; por fim, a seção 5 apresenta as considerações finais.

2. METODOLOGIA

2.1 Natureza da pesquisa

Esta pesquisa é de ordem qualitativa. A pesquisa qualitativa é uma abordagem metodológica utilizada em ciências sociais e humanas que busca compreender e interpretar a realidade social através da análise de dados não quantitativos (Minayo, 2004). Segundo Minayo (2004), a pesquisa qualitativa é uma estratégia de investigação que permite ao pesquisador apreender o significado e a complexidade dos fenômenos sociais, assim como as relações entre os indivíduos e o contexto em que estão inseridos.

Gil (2002), por sua vez, define a pesquisa qualitativa como um conjunto de procedimentos que buscam compreender e interpretar os fenômenos estudados, entendendo que eles são construídos socialmente e estão permeados por valores, crenças e representações. A pesquisa qualitativa também se preocupa em analisar o contexto em que os fenômenos ocorrem, levando em consideração a influência de fatores sociais, culturais, históricos e políticos, permitindo a identificação de padrões, contradições e novas perspectivas de análise (Minayo, 2004).

Minayo (2004) destaca que a pesquisa qualitativa não pretende generalizar os resultados obtidos, mas sim compreender as particularidades e singularidades presentes em cada contexto estudado. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa se contrapõe à pesquisa quantitativa, que busca generalizar os resultados a partir da aplicação de questionários e de análise estatística.

2.2 Pesquisa bibliográfica

Do ponto de vista operacional esta pesquisa é uma revisão bibliográfica. Segundo Minayo (2004), a pesquisa bibliográfica consiste em um levantamento e análise de material já existente sobre um determinado tema, por meio da consulta de livros, artigos científicos, teses, dissertações e outros documentos. Gil (2002) também destaca que a pesquisa bibliográfica é uma forma de investigação que visa a coleta de informações e conhecimentos já publicados, permitindo a contextualização do tema estudado e embasando a construção teórica do trabalho.

Gil (2002) destaca que a pesquisa bibliográfica é uma forma de pesquisa secundária, pois se utiliza de dados e informações já coletados por outros pesquisadores. No entanto, isso não significa que seja uma pesquisa menos relevante. Pelo contrário, a pesquisa bibliográfica é de extrema importância para o avanço do conhecimento, uma vez que permite a sistematização e difusão das informações já produzidas.

No processo de pesquisa bibliográfica, é essencial que o pesquisador realize um levantamento criterioso das fontes de informação, buscando trabalhos confiáveis e atualizados, fazendo uma análise crítica das informações encontradas e avaliando a qualidade e a relevância dos estudos consultados (Minayo, 2004). Outro aspecto importante da pesquisa bibliográfica é a organização das informações coletadas: Gil (2002) ressalta a importância de fazer fichamentos e resumos dos textos lidos, de forma a facilitar a compreensão e a posterior utilização das informações, além de fazer uma citação adequada das fontes consultadas, evitando o plágio e garantindo a ética na produção científica.

2.3 Protocolo de busca

Esta é, então, uma revisão bibliográfica. As revisões bibliográficas, afirmam Baek et al. (2018), seguem diretrizes específicas, incluindo a definição da questão a ser abordada, a seleção das bases de dados para pesquisa e coleta de material, a criação de estratégias de busca avançada, a seleção e organização das informações encontradas.

Na presente pesquisa de revisão bibliográfica, optou-se pelo operador booleano AND, com a intenção de identificar a ocorrência simultânea dos assuntos pesquisados. Este trabalho serviu-se do seguinte descritor:

Quadro 1. String de busca

String de busca
Desigualdade de Renda AND Brasil AND Trabalho Formal

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

A busca foi realizada tanto na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) como, também, na plataforma do Google Acadêmico. A primeira disponibiliza, em um único portal de busca, os textos completos das teses e dissertações produzidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. O acesso a essa produção científica é gratuito. A BDTD tem como objetivo aumentar a presença de teses e dissertações brasileiras na internet, o que resulta em uma maior divulgação da produção científica nacional e na disseminação de informações relevantes para a sociedade em geral. Além disso, a BDTD também promove maior visibilidade e controle do investimento feito em programas de pós-graduação.

Já quanto ao Google Acadêmico, esta é uma plataforma online desenvolvida pela empresa Google que permite a pesquisa e acesso a uma ampla variedade de fontes acadêmicas, como artigos científicos, teses, dissertações, livros, resumos, entre outros. É uma ferramenta que ajuda estudantes, pesquisadores e profissionais a encontrar informações confiáveis e relevantes em suas áreas de interesse. O Google Acadêmico indexa e organiza o conteúdo acadêmico disponível na web, facilitando a busca por materiais acadêmicos em diferentes disciplinas e campos de estudo, oferecendo recursos para refinar os resultados da pesquisa, como filtros por data, autor, publicação e relevância. Uma das principais vantagens do Google Acadêmico é a possibilidade de acessar gratuitamente muitos artigos científicos que normalmente são pagos em outras plataformas; vale ressaltar, contudo, que nem todo o conteúdo disponível está acessível gratuitamente, sendo em alguns casos necessário adquirir uma assinatura ou pagar por acesso aos materiais completos.

2.4 Critérios de inclusão e exclusão

A partir destas questões, mais a string de busca, elaborou-se os critérios de inclusão e exclusão apresentados no Quadro 2.

Quadro 2. Critérios de inclusão e exclusão

Critérios de inclusão	Critérios de exclusão
CI1: Publicações com recorte temporal de 2010 a 2023.	CE1: Resumos, trabalhos pagos ou cujo acesso não esteja autorizado pelos autores.
CI2: Documentos que contenham no título, resumo ou palavras-chave os termos pesquisados que relacionem, diretamente, os termos Desigualdade de Renda, Brasil e Trabalho Formal.	CE2: Trabalhos que não contenham no método de busca expressamente os termos das equações de pesquisa.
CI3: Artigos de Revistas, Teses ou Dissertações.	CE3: Publicações em congressos, eventos científicos, convenções, conferências, simpósios, jornadas, monografias e capítulos de livros.
CI4: Trabalhos revisados por pares.	CE4: Documentos em outra língua que não a portuguesa e a inglesa.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

3. RESULTADOS

Após a pesquisa com a string descrita no Quadro 1, foram retornadas diversas pesquisas. Destas, logo que aplicados os critérios de inclusão e exclusão, nas duas plataformas de busca, chegou-se ao número de 11 pesquisas, apresentadas no Quadro 3.

3.1 Trabalhos selecionados

Quadro 3. Trabalhos selecionados

Ano	Autor	Título	Tipo
2013	Capellazzo, A.	Os determinantes da desigualdade de salários no setor formal no Brasil	Dissertação
2015	Feijó, J.	Comportamento heterogêneo da educação na desigualdade setorial da renda: uma análise para o Brasil, Nordeste e Sudeste nos anos de 2004 e 2013	Dissertação
2015	Maciel, F.	Dinâmica da (in)formalidade no mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000: diferenciais de rendimentos e padrões de mobilidade	Tese
2015	Marcelo, M. et al.	A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares	Artigo Científico

Ano	Autor	Título	Tipo
2018	Santos, A.	A estrutura da vantagem e a desvantagem da estrutura: uma análise dos diferenciais de rendimentos no mercado de trabalho brasileiro no período de 2006 a 2016	Dissertação
2019	Signor, D.	Desigualdade de renda no Brasil: uma análise dos 40 anos de dados do PNAD e de seus micro e macro determinantes	Tese
2019	Colombo, N.; Ferreira, C. R.	Estrutura e Desigualdade de Renda na Região Nordeste (2004-2015)	Artigo Científico
2020	Oliveira, B.	Inovação, habilidades e desigualdade de renda: uma investigação do mercado de trabalho formal dos municípios brasileiros	Dissertação
2020	Costa, C.	A distribuição de renda no Brasil entre 2001 e 2015	Dissertação
2021	Hoffmann, R.; Vaz, D.	Mensurando a Desigualdade no Brasil: Evidências a partir da renda e dos gastos das famílias	Artigo Científico
2022	Vilar, D.; Moreira, A.	O Papel do Programa Bolsa Família na desigualdade de renda na Região Nordeste do Brasil	Artigo Científico

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

3.2 Síntese descritiva dos estudos selecionados

O trabalho de Capellazzo (2013) analisa a evolução da desigualdade salarial no mercado formal de trabalho no Brasil entre 1994 e 2009. Utilizando a variância do log do salário real por hora contratual como medida de desigualdade, os pesquisadores constataram uma redução de 25,81% na desigualdade durante esse período. Através da decomposição da variância em seus componentes permanente e transitório, eles concluíram que essa redução se deve principalmente à diminuição do componente transitório, responsável por 70,27% da redução, enquanto o componente permanente contribuiu apenas com 29,73%.

Essa redução na desigualdade, afirma Capellazzo (2013), foi atribuída ao aumento da estabilidade econômica no período estudado. No entanto, ao analisar subperíodos separadamente, os pesquisadores observaram que a redução da desigualdade entre 1994 e 1998 foi causada exclusivamente pela redução do componente transitório, relacionada à diminuição da instabilidade econômica. Já a redução da desigualdade entre 1999 e 2009 foi principalmente devido à diminuição do componente permanente, resultado de um cenário econômico mais estável e do aumento da proporção de indivíduos com pelo menos o Ensino Fundamental completo.

Além disso, a pesquisadora também analisou a contribuição do aumento da escolaridade na redução da desigualdade dentro de diferentes grupos de idade e nível educacional. Os resultados mostraram que fatores relacionados à idade e educação respondem, em média, por 54% da desigualdade permanente. Comparando esses resultados com estudos de outros países, os pesquisadores destacaram as diferenças encontradas para o Brasil, onde houve uma redução da desigualdade salarial, ao contrário dos outros países estudados onde houve aumento da desigualdade. Para finalizar, Capellazzo (2013) concluiu que a proporção de contribuição de cada componente para a redução da desigualdade também foi diferente, com o componente transitório predominando no primeiro subperíodo e o componente permanente predominando no segundo subperíodo no Brasil.

Quanto à pesquisa de Feijó (2015), esta se ocupou do comportamento heterogêneo da educação na desigualdade de renda no Brasil entre os anos de 2004 e 2013. As conclusões da pesquisa mostram que a educação teve um papel heterogêneo na explicação da desigualdade de renda no Brasil e nas regiões Nordeste e Sudeste nos anos 2004 e 2013. A contribuição da educação para a desigualdade global diminuiu ao longo do período analisado devido à redução da desigualdade educacional entre os trabalhadores. Isso resultou em menores retornos da educação e, consequentemente, em menor participação da desigualdade educacional na desigualdade de rendimentos.

No Nordeste, prossegue o autor, a segmentação do mercado de trabalho ocorreu de forma mais intensa no setor agrícola, enquanto na outra região, a Sudeste, a disparidade educacional foi predominante. Em 2013,

apenas 2,90% da desigualdade no setor agrícola do Nordeste era atribuída à educação, enquanto na Indústria e nos Serviços esses valores foram de 10,14% e 18,87%, respectivamente. No Sudeste, a educação foi o principal fator explicativo da desigualdade em 2013, com diferentes níveis de contribuição em cada setor (Feijó, 2015). Os resultados destacam a importância dos condicionantes estruturais, como níveis educacionais e diferenças regionais, na determinação da desigualdade de renda no setor agrícola, fatores estáveis ao longo do tempo que dificultam a redução significativa da concentração de rendimentos nesse setor.

Já a tese de Maciel (2015) teve como objetivo analisar os efeitos das mudanças de nível educacional na composição relativa e na segmentação entre trabalho formal e informal sobre os diferenciais de rendimento. O autor observou que o aumento da escolaridade reduz a desigualdade entre os trabalhadores formais e informais, mas essa mudança tem maior impacto nos trabalhadores de renda mais alta. Mudanças em fatores institucionais, como poder de barganha dos sindicatos e salário-mínimo, podem aumentar a segmentação no mercado de trabalho e aumentar a desigualdade entre trabalho formal e informal, principalmente entre os trabalhadores de renda mais baixa. No entanto, se a valorização do salário-mínimo afetar os rendimentos dos trabalhadores informais, isso poderia reduzir a desigualdade.

O mercado de trabalho brasileiro, afirma Maciel (2015), passou por mudanças significativas na década de 2000, com uma expansão do emprego formal. Houve também mudanças na composição da população ocupada devido ao aumento da escolaridade, participação feminina, participação de negros e mudanças na estrutura etária. A análise da desigualdade foi feita através de métodos de decomposição que permitiram captar as mudanças nos diferenciais de rendimentos entre 2000 e 2010. Observou-se uma redução da desigualdade entre trabalho formal e trabalho sem carteira entre as mulheres devido à diminuição da heterogeneidade entre elas. Já a desigualdade entre trabalho formal e trabalho por conta própria reduziu devido à atenuação do efeito de segmentação no mercado de trabalho. Os resultados mostraram um aumento do diferencial de rendimentos entre trabalhadores formais e informais na base da distribuição, mas uma redução progressiva ao longo da distribuição. No entanto, as diferenças por gênero e tipo de inserção informal foram relevantes (Maciel, 2015).

Houve um aumento da segmentação na base da distribuição entre as mulheres, enquanto entre os homens a redução da desigualdade se deu principalmente devido à diminuição da desigualdade intra-grupo. O aumento da desigualdade nos estratos de renda mais baixos pode ser explicado pela evolução do salário-mínimo, que valorizou o emprego formal, mas não teve o mesmo efeito nos trabalhadores informais. Isso resultou em um aprofundamento da precariedade das relações informais de trabalho na base da distribuição (Maciel, 2015). Do ponto de vista da discussão acerca das regiões, aponta Maciel (2015) que o emprego assalariado sem carteira feminino teve um aumento relativo nas regiões Norte e Nordeste, enquanto na Região Sul houve uma queda. O Nordeste foi a única região em que não houve queda na proporção de empregados sem carteira entre os homens.

A participação do trabalho por conta própria feminino, afirma Maciel (2015), teve uma queda maior no Sul e Sudeste, enquanto a participação do trabalho masculino por conta própria teve uma queda maior no Nordeste e Sudeste. A queda na participação do trabalho por conta própria feminino compensou o aumento do emprego sem carteira nas regiões Norte e Nordeste, resultando em um pequeno aumento do grau de formalização das relações de trabalho nessas regiões. No entanto, todas as regiões apresentaram um aumento maior no grau de formalização do trabalho masculino em comparação ao feminino. Em 2010, o Nordeste e o Norte ainda tinham pouco mais da metade da força de trabalho feminina formalizada, o que aumentou a discrepância com relação às demais regiões. Dito isto, a questão da desigualdade de renda, conforme estudo de Maciel (2015), no que diz respeito ao trabalho formal no Nordeste, é menor se comparado a qualquer outra das regiões, ainda que, aponta o autor, isto tenha diminuído nos últimos anos.

O artigo de Medeiros et al. (2015) afirma que a desigualdade de renda no Brasil é muito alta e estável entre 2006 e 2012. Quase metade de toda a renda no país está concentrada nos 5% mais ricos e um quarto no 1% mais rico. O milésimo mais rico acumula mais renda que toda a metade mais pobre da população. Isso mostra que o Brasil é caracterizado por uma grande massa de população de baixa renda e uma pequena elite muito rica.

Essa desigualdade, dizem Medeiros et al. (2015), não sofre alterações significativas ao longo do tempo, com a concentração no topo sendo bastante estável, especialmente nos 1% mais ricos. Enquanto a renda tem crescido ao longo dos anos, apenas cerca de um décimo desse crescimento foi para as mãos da população mais pobre do país. Metade do crescimento ficou com os 5% mais ricos e 28% com o 1% mais rico. Esses resultados, reforçam os mesmos autores, contradizem as análises baseadas apenas na PNAD, indicando que a desigualdade medida pela PNAD estava caindo, em parte, por reduções da renda no topo da distribuição. No entanto, é importante ressaltar que a metodologia de interpolação dos dados da DIRPF pode subestimar os níveis de desigualdade no país, e que a combinação de bases de dados possui riscos inerentes, requerendo cautela na interpretação dos resultados.

O trabalho de Santos (2018) analisou as mudanças na estrutura ocupacional do mercado de trabalho brasileiro no período de 2006 a 2016, com o objetivo de compreender as mudanças na estrutura de rendimentos. Utilizando dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), foram utilizados modelos hierárquicos para entender o papel da estrutura ocupacional nas mudanças nos níveis de retorno às características individuais e ocupacionais. A hipótese principal da autora é a de que houve mudanças importantes na estrutura ocupacional nesse período, devido ao crescimento econômico e à incorporação de tecnologias computacionais no ambiente de trabalho.

A análise de Santos (2018) baseou-se em quatro tipologias ocupacionais que caracterizam as famílias ocupacionais de acordo com a natureza, estrato tecnológico, predominância de gênero e envelhecimento. Os resultados mostraram uma série de modificações heterogêneas nos setores de atividade, com um deslocamento do setor industrial para o de serviços e uma maior incorporação de tecnologia nos processos de trabalho. Os resultados mostram, ainda, uma polarização dos rendimentos, com uma redução nos salários das ocupações medianas em comparação com os extremos, sobretudo nos setores da indústria tradicional, construção civil e agricultura, além de uma redução no prêmio salarial para os níveis mais altos de educação, indicando diminuição no retorno à educação.

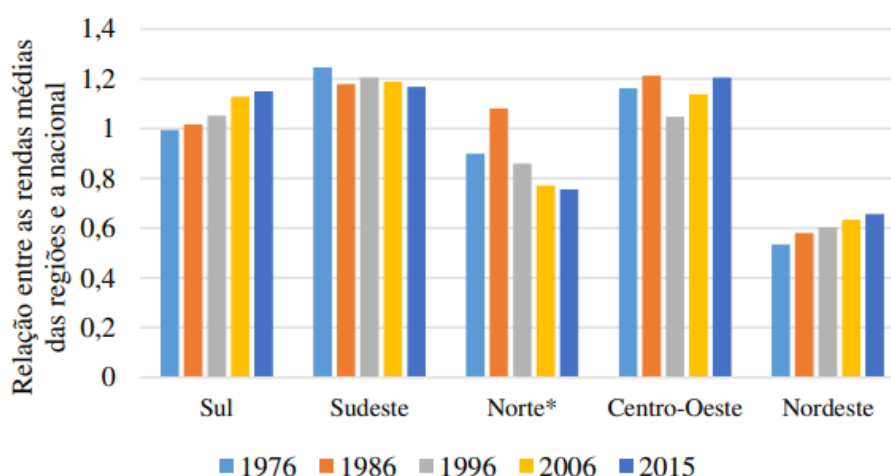
Por outro lado, diz a autora (2018), os resultados mostram um aumento do valor da experiência no mercado de trabalho, refutando a ideia de obsolescência das habilidades. Ressalta-se que, do ponto de vista da hipótese aqui levantada, a pesquisa desta autora não trata do Nordeste especificamente, mas do Brasil como um todo. Ao fim, conclui que há, de fato, uma redução na desigualdade de renda entre os brasileiros a partir dos anos de 2010.

O trabalho de Signor (2019) teve como objetivo contribuir para a discussão sobre a desigualdade de renda no Brasil. Utilizando modelos estatísticos, foram analisados os indicadores de desigualdade de renda no país desde a década de 1970 e estimados os efeitos de variáveis socioeconômicas sobre esses indicadores. Signor (2019) percebeu que a desigualdade de renda no Brasil é elevada, com os níveis de desigualdade relativamente estáveis nos períodos de 1976-1986 e 1987-1996, e declinantes a partir de 1996. O indicador P90/P10, que mede a relação entre a renda do decil superior e do decil inferior da população, passou de 16 vezes em média no primeiro período, para 18,5 vezes no segundo período, e chegou a 10,5 vezes em 2015.

Os grupos que concentram a maior parcela da renda no Brasil são a região Sudeste, a zona urbana, o gênero masculino e as pessoas de cor branca. Isso está relacionado não apenas com a maior concentração de pessoas nesses grupos, mas também com a renda média mais elevada que eles apresentam. No entanto, há uma tendência recente de queda na desigualdade a favor dos grupos historicamente menos favorecidos, como as regiões mais pobres do país, a zona rural, a população feminina e pessoas de cor negra (Signor, 2019). Mesmo no período de queda nos indicadores de desigualdade (1996-2015), diz o autor, mais da metade da desigualdade de renda entre os estados brasileiros é explicada pela desigualdade do ano anterior.

Signor (2019, p. 42) apresenta uma figura no qual demonstra a disparidade de renda entre as regiões no Brasil em um período determinado, reproduzida a seguir como Figura 4.

Figura 4. Relação entre a renda média geográfica do Brasil e a renda média nacional



Fonte: Signor, 2019, p. 42.

A análise, afirma Signor (2019), mostra que o Centro-Oeste e o Nordeste são as regiões com maior desigualdade de renda pessoal, enquanto o Sul e o Sudeste são as mais igualitárias. Ao longo do tempo, viu-se, as regiões Nordeste e Sul são as que, do ponto de vista histórico, têm aumentado a sua participação relativa na renda média nacional. Também é destacado que a distribuição de renda entre zonas rural e urbana sofreu mudanças devido às transformações populacionais e migratórias ocorridas no Brasil, com a zona urbana concentrando cada vez mais a renda pessoal, enquanto a zona rural teve sua parcela reduzida.

Quanto ao estudo de Colombo e Ferreira (2019), o texto apresenta um estudo sobre a desigualdade de renda no Brasil, com foco na região Nordeste, no período de 2004 a 2015. O Índice de Gini, utilizado para medir a desigualdade, mostra que houve uma trajetória decrescente tanto no Brasil quanto no Nordeste ao longo desse período. No entanto, a queda da desigualdade no Nordeste foi menor do que no restante do país. Apesar da redução da desigualdade, dizem os autores, o Brasil ainda possui uma concentração de renda elevada, com um índice de Gini em torno de 0,50, distante dos índices observados em países desenvolvidos, que ficam em torno de 0,30.

A análise das parcelas do rendimento domiciliar per capita, afirmam Colombo e Ferreira (2015), mostra que as principais são relacionadas ao rendimento do trabalho e aposentadorias e pensões. No Nordeste, as parcelas relacionadas ao rendimento do trabalho se mantiveram constantes ao longo do período, enquanto a parcela referente a aposentadorias e pensões teve um crescimento acima do Brasil, indicando a importância dessa fonte de renda na região, onde muitas vezes a obtenção de renda fixa mensal é incerta, devido à falta de empregos ou baixa qualificação da mão de obra. A parcela que inclui o programa Bolsa Família teve um crescimento significativo no período, refletindo a expansão desse programa social, especialmente no Nordeste, o que demonstra a correlação entre a renda da região e a participação nesse tipo de transferência de renda (Colombo; Ferreira, 2015).

Diante das mudanças na economia brasileira, afirmam os autores, com a recessão econômica a partir do segundo mandato do governo Dilma Rousseff, é necessário estudar e acompanhar de perto as principais parcelas do rendimento domiciliar per capita, já que esse cenário desfavorável pode impactar a distribuição de renda no país e afetar especialmente as regiões mais vulneráveis, como o Nordeste.

Já Oliveira (2020) destaca que sua pesquisa teve como objetivo investigar a relação entre inovação e desigualdade salarial no mercado formal brasileiro no período de 2003 a 2014. Utilizando dados municipais agregados em 482 regiões urbanas, foram realizadas estimações por efeitos fixos dos modelos de efeitos não observados. A pesquisa contribui para a literatura, afirma Oliveira (2020), identificando uma correlação entre inovação tecnológica e desigualdade salarial nas regiões brasileiras, sendo esta correlação muito mais evidente em regiões como a Nordeste e Centro-Oeste.

A pesquisa constatou que a desigualdade salarial está associada às diferenças de qualificação da força de trabalho, com a escolaridade apresentando um comportamento não linear. Além disso, diz Oliveira (2020), o aumento da proporção da força de trabalho em ocupações com maiores habilidades sociais está relacionado

ao aumento da desigualdade, enquanto as habilidades cognitivas e motoras não têm uma relação significativa. Para concluir, Oliveira (2020) sugere que os resultados apontam para a necessidade de políticas de aprimoramento da educação e desenvolvimento de habilidades da mão de obra menos qualificada, além do estímulo à criação de inovações como forma de atenuar os efeitos distributivos da mudança tecnológica.

De acordo com Costa (2020), sua pesquisa é um estudo que teve como objetivo analisar a contribuição de diferentes fontes de renda na redução da desigualdade de renda no Brasil entre os anos de 2001 a 2015. Os resultados mostraram, afirma o autor, que houve um aumento da renda média e uma redução da desigualdade da renda durante esse período, algo inédito na história econômica do país, possível devido ao crescimento econômico e a medidas governamentais que aumentaram o nível de emprego formal e reduziram a desigualdade educacional.

Costa (2020) afirma as disparidades regionais no Brasil, com a renda média do Nordeste sendo menos da metade da renda da Região Sul. A população remunerada do Sul, nos anos 70, detinha 50% da renda total, enquanto no Nordeste correspondia a apenas 15%. Isso resultou em metade da população não sendo beneficiada pelo crescimento econômico e outros 30% tendo acesso marginal a esses ganhos. Uma das possíveis causas dessa concentração de renda é a compressão salarial, com os salários reais em 1970 sendo 30% menores do que em 1961.

A remuneração dos empregados, afirma Costa (2020), do setor privado, já próximo aos anos de 2015, foi a principal responsável pela redução da desigualdade, enquanto a renda dos militares e funcionários públicos contribuiu para o aumento da desigualdade. Além disso, aposentadorias, pensões e transferências governamentais também tiveram impacto positivo na redução da desigualdade. No entanto, prossegue o autor, apesar desses avanços, o Brasil ainda possui uma das piores distribuições de renda do mundo, sendo necessário continuar estudando e implementando medidas para promover um país mais justo e igualitário.

Há, também, a pesquisa de Hoffmann e Vaz (2021) em que os autores buscam mensurar a desigualdade a partir das evidências de renda e os gastos das famílias. De acordo com os autores, o Brasil possui uma das distribuições de renda mais desiguais do mundo, porém, entre 2001 e 2014, houve uma queda persistente na desigualdade de rendimento do trabalho e da renda domiciliar per capita, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). No entanto, quando combinados com os dados da Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF), que captam melhor as rendas mais elevadas, os dados mostram que a desigualdade permaneceu relativamente estável entre 2006 e 2012.

Apesar disso, esse período pode ser considerado positivo, já que contrasta com o aumento acentuado da desigualdade observado em décadas anteriores. No entanto, a crise econômica a partir de 2014 reverteu essa tendência, e a desigualdade voltou a aumentar (Hoffmann; Vaz, 2021). Estudos baseados na PNAD mostram que os programas federais de transferência de renda contribuíram para a queda na desigualdade nos anos pré-crise, mas o principal fator foi a desconcentração da renda do trabalho.

Para os autores, a desigualdade de renda no Brasil teve uma queda entre as Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs) de 2002 e 2008, impulsionada pela diminuição das disparidades entre as regiões do país. No entanto, entre as POFs de 2008 e 2017, a desigualdade voltou a aumentar, contribuindo para uma redução no ritmo de queda geral da desigualdade, o que se deve ao fato de que o período entre as duas pesquisas englobou fases distintas do ciclo econômico, com crescimento da renda até 2014 e uma crise econômica a partir desse ano. A melhora na distribuição da renda dos empregados foi um fator importante para a redução da desigualdade entre 2008 e 2017, respondendo por cerca de 40% da renda familiar per capita, ao passo que as transferências promovidas pelo Estado por meio de programas focalizados nos mais pobres representaram apenas 1,05% da renda familiar per capita média em 2017 (Hoffmann; Vaz, 2021).

O estudo de Vilar e Moreira (2022) tem por objetivo geral verificar se a implementação do Programa Bolsa Família (PBF) teve participação na diminuição da desigualdade de renda estimada na região Nordeste do Brasil. A pesquisa concluiu que houve uma diminuição da desigualdade de renda no Nordeste, em média de 20% durante o período observado, o que foi 16% maior do que nas demais regiões do país. Isso resultou na saída de mais de 9,3 milhões de pessoas da situação de pobreza e extrema pobreza na região.

Além disso, dizem Vilar e Moreira (2022), o aumento da renda média de todos os trabalhos (RMTT) também contribuiu para a diminuição da desigualdade, uma vez que um aumento na renda média de uma

localidade tem um efeito direto na renda das parcelas mais pobres da população, que dependem apenas da remuneração de seus trabalhos, tendo um impacto muito maior na parcela da população com rendimentos per capita inferiores do que na renda da população mais rica, que não depende do salário mínimo. O Programa Bolsa Família é mencionado pelos autores como fator importante nessa diminuição, sendo destinado a famílias com renda per capita abaixo da linha da pobreza e extrema pobreza, bem como aquelas com dificuldades de acesso a serviços sociais básicos. A região Nordeste recebe mais benefícios proporcionalmente, o que contribuiu para o maior número de pessoas superando a situação de pobreza e extrema pobreza na região (Vilar; Moreira, 2023). Para concluir, dizem os autores, o programa, juntamente com outros esforços de articulação e mobilização das políticas sociais, possibilitou melhorias expressivas nas condições de vida das parcelas mais pobres da população brasileira e em suas perspectivas de futuro.

3.3 Quadro comparativo dos estudos selecionados

Pode-se, ao fim desta síntese, estabelecer um quadro comparativo entre os trabalhos, destacando alguns dos seus pontos mais importantes em relação aos propósitos desta pesquisa.

Quadro 4. Algumas conclusões

Ano / Autor	Objetivo / Metodologia / Recorte	Resultados
2013 — Capellazzo, A. (Dissertação)	Estudar a evolução da desigualdade de salários no mercado formal de trabalho no Brasil utilizando dados da RAIS (1994-2009). Método: decomposição de variância.	Cerca de 84% da desigualdade é explicada pelo componente permanente; a educação responde por 54% em média desse componente. Houve redução da desigualdade, explicada pelo componente transitório entre 1994-1998 e pelo componente permanente entre 1999-2009.
2015 — Feijó, J. (Dissertação)	Analisar, para Brasil, Nordeste e Sudeste, os determinantes da desigualdade salarial em três setores: Agrícola, Indústria e Serviços (2004-2013). Método: decomposição por fator-fonte e por subgrupos.	A contribuição da educação para a desigualdade não é uniforme entre setores e regiões. No Nordeste agrícola, a formalidade explicou mais a desigualdade; em Serviços e Indústria, a educação foi mais relevante. No Sudeste, a educação foi o principal fator em todas as atividades.
2015 — Maciel, F. (Tese)	Analisar os efeitos das mudanças na composição relativa e na segmentação formal-informal sobre os diferenciais de rendimento na década de 2000. Método: métodos distintos de decomposição.	Houve melhora relativa nos atributos dos trabalhadores informais, sobretudo em escolaridade; a formalização representa saída à precariedade, especialmente para estratos de renda mais baixa.
2015 — Marcelo, M. et al. (Artigo)	Calcular o nível de desigualdade e a parcela do crescimento da renda apropriada por diferentes grupos (2006-2012), combinando DIRPF e PNAD com interpolação de Pareto.	A desigualdade de renda no Brasil é mais alta do que se imaginava e permaneceu estável entre 2006 e 2012; os ricos se apropriaram da maior parte do crescimento da renda.
2018 — Santos, A. (Dissertação)	Investigar como mudanças na estrutura ocupacional impactaram os diferenciais salariais (2006-2016). Método: modelos hierárquicos.	Diminuição do prêmio salarial ao ensino médio e superior; ampliação do prêmio salarial para ocupações complexas e intensivas em tecnologia; aumento do valor da experiência.
2019 — Signor, D. (Tese)	Analisar a evolução dos indicadores de desigualdade e distribuição de renda no Brasil (1976-2015). Método: análise de dados do PNAD.	Maior equalização salarial entre grupos raciais, redução das disparidades educacionais, promoção de empregos formais e políticas de transferência de renda estão entre as variáveis capazes de reduzir a desigualdade.
2019 — Colombo, N.; Ferreira, C. R. (Artigo)	Analisar o rendimento domiciliar per capita no Nordeste comparado ao Brasil (2004-2015). Método: decomposição do índice de Gini.	O rendimento médio por pessoa apresentou maior concentração no Nordeste em relação ao Brasil, evidenciando tendência concentradora de renda na região.
2020 — Oliveira, B. (Dissertação)	Verificar a relação entre inovação regional e desigualdade salarial no mercado formal	Maior relevância da difusão de inovações e aquisição de tecnologia externa para regiões em desenvolvimento; associação não linear (U

Ano / Autor	Objetivo / Metodologia / Recorte	Resultados
	(2003-2014). Método: indicadores de inovação.	invertido) entre qualificação da força de trabalho e desigualdade.
2020 — Costa, C. (Dissertação)	Mensurar a desigualdade na distribuição de renda a partir de 11 fontes da Renda Domiciliar per capita, RDPC (2001-2015). Método: decomposição do Índice de Gini.	Principais determinantes: valorização do salário-mínimo; aumento da formalidade; aumento da escolaridade média e redução da dispersão educacional; aumento do acesso a aposentadorias e pensões; maior cobertura de programas de transferência de renda.
2021 — Hoffmann, R.; Vaz, D. (Artigo)	Analisar a distribuição da renda e despesa familiar per capita (RFPC/DFPC) à luz da POF 2017-2018, comparando com edições anteriores. Método: decomposição do índice de Gini.	Aumento do nível médio da RFPC/DFPC e redução da desigualdade entre 2008-2009 e 2017-2018; entre 2002-2003 e 2008-2009 a queda veio das disparidades regionais; entre 2008 e 2017 a desigualdade interregional aumentou, reduzindo o ritmo de queda geral.
2022 — Vilar, D.; Moreira, A. (Artigo)	Verificar se o Programa Bolsa Família teve participação na diminuição da desigualdade de renda no Nordeste (2004-2021). Método: pesquisa bibliográfica.	A transferência direta de renda proporcionada pelas políticas sociais teve participação no processo de diminuição da desigualdade na distribuição de renda na região Nordeste.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Feitas estas considerações, cabe observar que, em comum, todas as pesquisas revelam que a desigualdade de renda no Brasil é alta e persistente ao longo do tempo. A educação é apontada como um fator importante para essa desigualdade, ao menos por boa parte dos estudos, representando uma parcela significativa do componente permanente. Porém, a contribuição da educação para a desigualdade varia entre setores e regiões.

Daí a importância, por exemplo, do estudo de Hoffman e Ney (2009), que destacam que, no meio rural, a educação não é, necessariamente, um determinante para a desigualdade de renda. No Nordeste, por exemplo, o mercado de trabalho agrícola tende a gerar desigualdades, enquanto nos setores de Serviços e Indústria, a educação é mais relevante. Já no Sudeste, de acordo com os trabalhos acima expostos, a educação desempenha um papel mais homogêneo e contribui mais para a desigualdade em todas as atividades econômicas.

Além disso, os estudos apontam que a formalização do mercado de trabalho é uma saída para reduzir a precariedade e a desigualdade, especialmente para os trabalhadores de baixa renda. A diversidade nas mudanças da dinâmica formal-informal do mercado de trabalho ressalta os desafios de eliminar a precariedade no trabalho no Brasil.

Outro ponto comum nas pesquisas é a constatação de que os ricos se apropriam da maior parte do crescimento da renda. Isso demonstra a necessidade de buscar maior igualdade salarial entre diferentes grupos raciais, reduzir as disparidades educacionais, promover empregos formais e implementar políticas de transferência de renda aos mais pobres.

A pesquisa também destaca a concentração de renda na região Nordeste, mostrando uma tendência concentradora nessa região.

Por fim, os estudos apontam que os principais determinantes para a redução da desigualdade de renda são: valorização do salário-mínimo, aumento da formalidade do mercado de trabalho, aumento da escolaridade média da população, redução das disparidades educacionais, aumento do acesso a aposentadorias e pensões e maior cobertura dos programas de transferência de renda pelo governo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgata-se a hipótese deste trabalho: a de que houve diminuição da desigualdade de renda no mercado de trabalho formal nas regiões brasileiras, bem como entre diferentes classes de gênero, raça e nível educacional nas duas últimas décadas.

Primeiramente, nos últimos anos, conforme os estudos apresentados, tem se discutido a questão da desigualdade de renda no mercado de trabalho formal nas diferentes regiões brasileiras, assim como entre as diferentes classes de gênero, raça e nível educacional. A hipótese de que houve uma diminuição dessa desigualdade nesse período tem sido objeto de análise e debates.

Ao analisar os dados disponíveis nos estudos apontados, percebe-se que de fato houve uma redução na desigualdade de renda no mercado de trabalho formal nas regiões brasileiras. Diversos fatores podem ter contribuído para essa diminuição, como políticas governamentais de inclusão social, crescimento econômico e implementação de programas de transferência de renda.

Um dos aspectos que merece destaque é a diminuição da diferença salarial entre diferentes classes de gênero. Nas últimas décadas, houve um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho formal, o que contribuiu para a diminuição da desigualdade salarial entre homens e mulheres. Ainda que existam diferenças persistentes, o gap salarial tem se reduzido significativamente.

Além disso, a hipótese de redução da desigualdade de renda entre diferentes raças também encontra respaldo nos dados. A implementação de políticas de ação afirmativa, como cotas raciais nas universidades e programas de inclusão no mercado de trabalho, tem contribuído para a diminuição das disparidades salariais entre brancos e negros.

Outro aspecto importante a ser considerado é a relação entre desigualdade de renda e nível educacional. Ao longo das últimas décadas, houve um aumento significativo no acesso à educação formal no Brasil, o que tem impactado diretamente a renda dos indivíduos. Aqueles com maior nível de escolaridade tendem a ter melhores oportunidades de emprego e salários mais altos, o que contribui para a redução da desigualdade de renda.

No entanto, apesar dos avanços, é importante ressaltar que a desigualdade de renda ainda persiste nas diferentes regiões brasileiras. A distribuição de renda ainda é muito concentrada, com uma parcela significativa da população recebendo salários baixos e enfrentando condições precárias de trabalho.

Além disso, é necessário destacar que a diminuição da desigualdade de renda no mercado de trabalho formal não é o único aspecto a ser considerado. A informalidade e a falta de acesso a direitos trabalhistas ainda são problemas presentes no cenário brasileiro e podem amplificar as desigualdades existentes, sobretudo na região Nordeste, como se destacou em seis dos sete estudos que trataram especificamente dessa região dentre os analisados.

Portanto, embora a hipótese de que houve diminuição da desigualdade de renda no mercado de trabalho formal nas regiões brasileiras, bem como entre diferentes classes de gênero, raça e nível educacional nas duas últimas décadas encontre respaldo nos dados disponíveis, é importante ressaltar que ainda há muito a ser feito no sentido de promover uma maior igualdade e justiça social no país.

REFERÊNCIAS

- Baek, S. et al. The most downloaded and most cited articles in radiology journals: a comparative bibliometric analysis. *European Radiology*, v. 28, n. 11, p. 4832-4838, 2018.
- Capellazzo, A. Os determinantes da desigualdade de salários no setor formal no Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2013.
- Colombo, N.; Ferreira, C. R. Estrutura e Desigualdade de Renda na Região Nordeste (2004-2015). *Revista de Economia Regional*, v. 8, n. 2, 2019.
- Costa, C. A distribuição de renda no Brasil entre 2001 e 2015. Dissertação de Mestrado. Toledo: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2020.
- Dorling, D. The Equality Effect. Jun. 2017.

- Feijó, J. R. Comportamento heterogêneo da educação na desigualdade setorial da renda: uma análise para o Brasil, Nordeste e Sudeste nos anos de 2004 e 2013. Dissertação. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2015.
- Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.
- Hoffmann, R.; Vaz, D. Mensurando a Desigualdade no Brasil: Evidências a partir da renda e dos gastos das famílias. 2021.
- Maciel, F. Dinâmica da (in)formalidade no mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000: diferenciais de rendimentos e padrões de mobilidade. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.
- Medeiros, M. et al. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 20, n. 4, p. 971-986, 2015.
- Minayo, M. C. S. O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.
- Oliveira, B. Inovação, habilidades e desigualdade de renda: uma investigação do mercado de trabalho formal dos municípios brasileiros. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2020.
- Oliveira, Carlos Wagner de Albuquerque; Cruz, Bruno de Oliveira. Impactos regionais de choques de produtividade e redução de desigualdades: O caso de Região Nordeste. IPEA, Brasília, v. 1, n. 2694, 2021.
- Ribeiro, Rosana; Neder, Henrique. Desigualdade dos rendimentos do trabalho: estudo comparativo para as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 24, n. 45, p. 265-285, mar. 2006.
- Santos, A. A estrutura da vantagem e a desvantagem da estrutura: uma análise dos diferenciais de rendimentos no mercado de trabalho brasileiro no período de 2006 a 2016. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.
- Santos, Patrick Leite; Saiani, Carlos César Santejo. Desigualdades setoriais dos rendimentos do trabalho e conjuntura econômica: análise comparativa entre o Nordeste e o Centro-Sul brasileiros, de 2002 a 2018. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 51, n. 4, p. 137-158, dez. 2020.
- Signor, D. Desigualdade de renda no Brasil: uma análise dos 40 anos de dados do PNAD e de seus micro e macro determinantes. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2019.
- Vilar, D.; Moreira, A. O Papel do Programa Bolsa Família na desigualdade de renda na Região Nordeste do Brasil. *Informe Econômico*, ano 24, jan. 2022.